

**MUNICÍPIO DE ARROIO DO MEIO/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025**

**EDITAL Nº 01.08/2026 – RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO
PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Prefeito do Município de Arroio do Meio/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Edital, o que segue:

**1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO PRELIMINAR DAS
PROVAS OBJETIVAS.**

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 02 – Gabarito mantido letra A.

A alternativa “A” está correta, pois a sequência correta é: “a” – apenas o artigo definido que acompanha o substantivo feminino “segurança”; “a” – não se usa crase antes de termos masculinos. As demais alternativas estão incorretas, mantendo-se o gabarito.

Questão 08 – Gabarito mantido letra C.

Apenas a alternativa “C” está correta, pois “inflexão” é substantivo feminino – ação ou efeito de curvar. Assim, fica mantido o gabarito.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 22 – Gabarito mantido letra B.

A Sequência A (1, 4, 9, 16) é formada pelos quadrados perfeitos dos números naturais, podendo ser descrita explicitamente pela lei de formação do termo elevado ao expoente 2 (ao quadrado). Trata-se, portanto, de uma sequência não recursiva, pois cada termo pode ser determinado diretamente por uma lei de formação independente dos termos anteriores. Assim, a afirmação I é verdadeira.

A Sequência B (1, 2, 4, 7, 11) apresenta aumentos sucessivos de +1, +2, +3 e +4, caracterizando um padrão em que cada termo é obtido a partir do anterior acrescido de uma quantidade que cresce de uma unidade a cada passo. Logo, sua definição pode ser estabelecida de forma recursiva, o que torna a afirmação II verdadeira.

A afirmação III diz que “A Sequência A é recursiva ou a Sequência B não segue uma regra de formação”. Como já demonstrado, a Sequência A admite forma explícita e não é caracterizada como recursiva no contexto apresentado, e a Sequência B segue claramente uma regra de formação. Assim, ambas as proposições que compõem a disjunção são falsas, tornando a afirmação III falsa.

Dessa forma, permanecem verdadeiras apenas as afirmações I e II, mantendo-se o gabarito, alternativa B.

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO/ CURSO NORMAL
(COM ESTÁGIO) MAGISTÉRIO**

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 04 – Gabarito mantido letra E.

O enunciado da questão é claro no que se pede ao indicar “quantas outras palavras deveriam ser alteradas para fins de concordância”, não gerando prejuízos de entendimento em sua solicitação. A alternativa “E” está correta, pois, para fins de concordância, além da palavra ficção, “A” e “pode” são alteradas. Assim, fica mantido o gabarito.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS CARGOS DE PROFESSOR – NÍVEL ESCOLAR MÉDIO MÉDIO/CURSO NORMAL (COM ESTÁGIO) MAGISTÉRIO

Questão 12 – Gabarito mantido letra E.

A questão exige conhecimento atualizado da Constituição Federal, especificamente das alterações promovidas pela recente Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024.

Art. 212-A que, “XV - a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão destinados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme diretrizes pactuadas entre a União e demais entes da Federação, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)”.

Portanto, tendo em vista sua adequação com a Constituição Federal, a questão está correta e amparada na legislação vigente.

Questão 13 – Gabarito mantido letra A.

A questão solicita expressamente o conhecimento sobre a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014). O texto legal vigente desta meta estabelece: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Ademais, o Art. 3º prevê que “as metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.” Assim, fica determinado que as metas do PNE são objetivos a serem alcançados e consolidados ao longo da vigência do plano. Importa destacar que, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o recente Decreto Federal nº 11.556/2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada) indiquem a alfabetização até o 2º ano como diretriz pedagógica e de monitoramento, tais instrumentos infralegais não revogaram o texto da Lei do PNE. Assim, resta o gabarito mantido.

Questão 15 – Gabarito anulado.

Ao analisar as alternativas apresentadas, constata-se que a alternativa “B” (17 faltas injustificadas) e a alternativa “C” (23 faltas injustificadas) encontram-se, ambas, dentro do intervalo legal estipulado para a concessão de 18 dias de férias. Configurada a existência de duas respostas corretas para o mesmo enunciado, compromete-se a objetividade do item, impondo-se sua anulação.

Questão 17 – Gabarito mantido letra D.

A resolução da questão exige a interpretação combinada e o cálculo sucessivo dos Artigos 26 e 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (Lei Municipal nº 2.124/2003 e atualizações).

O Art. 26, inciso V, estabelece que para escolas com 200 a 349 alunos, a gratificação do Diretor é de 40%. Por sua vez, o Art. 27 determina que a gratificação do Vice-Diretor corresponde a 50% da gratificação atribuída ao Diretor. Portanto, deve-se aplicar o cálculo de 50% sobre 40% (0,5 x

0,40), o que resulta matematicamente em um percentual final de 20% incidente sobre o padrão básico da carreira. A alternativa "D" descreve corretamente este resultado. Ademais, a legislação é clara ao indicar que "A gratificação incidirá sobre o vencimento/salário básico da carreira, nível 1 classe "A". Não há erro na questão, dessa forma, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 20 – Gabarito mantido letra A.

Conforme previsto no Art. 30 do Decreto Federal nº 11.556/2023, "Art. 30. Para fins de monitoramento do Compromisso, serão utilizadas informações dos seguintes instrumentos de avaliação: [...] II - avaliação periódica de língua portuguesa e matemática, realizada pelas escolas e coordenada pelas redes municipais e estaduais de ensino, com apoio do Ministério da Educação; [...]"

Portanto, o decreto define as avaliações periódicas realizadas pelas escolas como parte integrante do sistema de monitoramento, não se limitando apenas a exames externos nacionais. A questão está correta e estritamente amparada na legislação citada no edital, ficando mantido o gabarito.

CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 03 – Gabarito mantido letra E.

I – No período, há apenas o verbo "são". Assim sendo, há apenas uma oração.

II – O verbo "são" é um verbo de ligação.

III – O sujeito da oração é simples: "Os motivos apontados".

Assim, apenas as assertivas I e II estão corretas, ficando mantido o gabarito.

Questão 05 – Gabarito mantido letra A.

O enunciado da questão é claro ao solicitar a análise da função sintática do termo sublinhado. O pronome relativo "que" retoma "os aplicativos de namoro", sendo, portanto, o sujeito do verbo "criam". Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 06 – Gabarito mantido letra C.

A única palavra que contém, respectivamente, ditongo e dígrafo é a da alternativa C: ditongo "au" e dígrafo "ss". Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 07 – Gabarito mantido letra D.

O pronome "las" completa o sentido do verbo "respeitar", sem presença de preposição. Logo, sua função sintática é de objeto direto. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

Questão 08 – Gabarito mantido letra A.

I - "Jovens" é um substantivo uniforme, pois possui uma única forma para os dois gêneros.

II - "na" é uma contração de preposição (em) e artigo (a).

III - "ou" é uma conjunção coordenativa alternativa.

Logo, a única alternativa correta é a que se encontra na letra A.

Questão 09 – Gabarito mantido letra C.

revista – sílaba tônica "vis" – paroxítona

cultura – sílaba tônica "tu" – paroxítona

caso – sílaba tônica "ca" – paroxítona

aturar – sílaba tônica "rar" – oxítona.

Assim, sequência 1-1-1-2 é a correta, ficando mantido o gabarito.

Questão 10 – Gabarito mantido letra A.

A primeira afirmativa é verdadeira, pois o texto afirma que os aplicativos de namoro fomentam a “cultura da conexão descartável”, indicando, portanto, que eles favorecem vínculos efêmeros.

A segunda afirmativa é falsa, pois o texto explicita de forma inequívoca que o amor envolve a preservação das individualidades, a exemplo do trecho “amores são experiências contínuas de compreender as diferenças, respeitá-las, e de negociações em que um acrescenta ao outro e se transforma pelo convívio; sem necessariamente produzir o apagamento ou a submissão de qualquer um dos envolvidos.”.

A terceira alternativa é falsa, pois o texto aponta um crescimento da solteirice.

Assim, fica mantido o gabarito.

LEGISLAÇÃO

Questão 12 – Gabarito mantido letra A.

Nos termos do Art. 12 da legislação mencionada no enunciado da questão, o serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

Questão 18 – Gabarito mantido letra D.

As disposições do Art. 36 da Lei Orgânica estabelecem expressamente que a convocação de referendos e plebiscitos será disposta a partir de Lei Complementar, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS CARGOS DE PROFESSOR

Questão 13 – Gabarito mantido letra A.

A questão tem por objetivo aferir o conhecimento sobre a Meta 20 da Lei Federal nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE). O texto legal explicita o objetivo de ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

A alegação de que a questão está “sem base legal” ou “desatualizada” improcede, visto que a vigência do PNE foi prorrogada pela Lei nº 14.934/2024, mantendo-se ativos seus dispositivos e metas até a aprovação do novo plano decenal. Cabe destacar que a validade do conteúdo programático é aferida no momento da abertura do certame, sendo informado no Anexo III que “Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação deste Edital de Abertura.” A vigência do PNE foi expressamente prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024, estando de acordo com as regras editalícias. Portanto, o enunciado é claro ao solicitar o conhecimento da lei, e a alternativa correta reflete o percentual alvo nela estipulado, ficando mantido o gabarito.

Questão 14 – Gabarito mantido letra D.

O Artigo 82 da Lei Orgânica do Município de Arroio do Meio estabelece que “O município orienta-se pelas Leis de Diretrizes e Bases da União e do Estado, oferecendo [sic] nas escolas municipais e subvencionadas pelo município os conteúdos previstos, com especial atenção para o incentivo da cultura e tradição locais, da preservação do meio ambiente, da preparação para o trabalho, do cooperativismo, do sindicalismo e associativismo em geral e da valorização da vocação do município para a agropecuária.”.

O enunciado da questão traduz a imperatividade da norma jurídica, inexistindo alteração de sentido, ocorrendo a cobrança da interpretação correta da obrigação legal imposta ao ente

municipal quanto aos temas transversais e locais, conforme os incisos do referido artigo. A questão é clara, objetiva e fiel ao comando da Lei Orgânica.

Questão 15 – Gabarito mantido letra A.

O edital prevê expressamente como bibliografia o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Arroio do Meio vigente (Lei Municipal nº 3.631/2017).

O Art. 137 da referida Lei nº 3.631/2017 estabelece os prazos prescricionais de forma clara e atualizada: "Art. 137. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão; e

III - em 01 (um) ano, quanto às infrações puníveis com advertência."

O enunciado solicita os prazos para "suspensão, demissão e advertência", respectivamente. Portanto, a sequência correta é: 2 anos (suspensão), 5 anos (demissão) e 1 ano (advertência), o que corresponde integralmente à alternativa "A". A menção a "180 dias" refere-se a regramentos que não se aplicam ao estatuto municipal vigente.

Questão 17 – Gabarito mantido letra E.

Conforme previsto no Art. 30 do Plano de Carreira do Magistério público municipal, "Art. 30. A gratificação pelo exercício de docência com alunos portadores de necessidades especiais será de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento/salário básico da carreira nível 1 classe "A", sendo exigida do Membro do Magistério, habilitação específica e exercício em unidades especiais de apoio.". Assim, como a base de cálculo é o vencimento da carreira, nível 1, classe "A", ela funciona como um valor fixo para todos os professores que têm direito a ela, independentemente de estarem no início ou no fim da carreira. Se o professor progride de nível, o seu salário base aumenta, mas essa gratificação específica permanece com o mesmo valor nominal (em reais), pois sua âncora/base de cálculo não mudou. Portanto, é correto o que se apresenta na Letra E.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 21 – Gabarito mantido letra B.

O enunciado apresenta redação clara, objetiva e sem qualquer erro de escrita ou ambiguidade que comprometa sua interpretação. A situação-problema é direta: informa-se que 25% da população (isto é, um quarto do total) foi vacinada em 10 dias e solicita-se o tempo necessário para vacinar 100% da população, mantendo o mesmo ritmo de vacinação.

Se 25% foram vacinados em 10 dias, então 100% (ou seja, quatro vezes 25%) exigirão quatro vezes esse tempo:

$10 \text{ dias} \times 4 = 40 \text{ dias}.$

Trata-se de aplicação direta de proporcionalidade simples, sem necessidade de suposições adicionais.

Portanto, a alternativa correta é a letra B) 40 dias, razão pela qual mantem-se o gabarito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO

MOTORISTA

Questão 32 – Gabarito mantido letra E.

Conforme o CTB em seu artigo 298:

São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração:

I - com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros;
II - utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas;
III - sem possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;
IV - com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo;
V - quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga;
VI - utilizando veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante;
VII - sobre faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.
Dessa forma, todas as alternativas são verdadeiras, ficando mantido o gabarito.

Questão 33 – Gabarito anulado.

Alternativas C e E estão corretas, dessa forma, o gabarito será anulado.

Questão 34 – Gabarito alterado para letra D.

A alternativa I está incorreta, pois a nomenclatura correta é "Dois Segundos", e não "dois metros". As afirmativas II e III estão corretas, ficando alterado o gabarito.

Questão 37 – Gabarito mantido letra E.

A válvula termostática não promove a circulação forçada do fluido do líquido de arrefecimento, mantendo-o circulando no motor até que este atinja a temperatura ideal de operação, pois a bomba d'água é a responsável por esta circulação. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 38 – Gabarito mantido letra C.

As alternativas I e III estão corretas pois a bomba de combustível impulsiona o combustível e os filtros sujos podem sim aumentar o consumo. Já a alternativa II reduz o desgaste pelo menor atrito e não pelo maior como está na questão.

Questão 40 – Gabarito mantido letra B.

Apenas a alternativa B está incorreta e atende ao que se pede no enunciado, pois a embreagem é responsável por conectar e desconectar o movimento do motor do restante do sistema de transmissão. As demais alternativas estão corretas, assim, fica mantido o gabarito.

PROFESSOR ÁREA I

Questão 31 – Gabarito mantido letra C.

O conteúdo abordado na questão encontra-se devidamente previsto no Edital de Abertura sob a temática "Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem", tópico que engloba as diferentes concepções pedagógicas e o entendimento sobre a infância e os processos de ensino-aprendizagem defendidos por autores clássicos e contemporâneos, como Freinet, Piaget, Montessori e a pedagogia Waldorf.

Quanto ao mérito técnico, ratifica-se que a alternativa "C" está correta e em consonância com a bibliografia da área. Célestin Freinet considera o trabalho pedagógico como princípio estruturante do processo educativo, defendendo que a aprendizagem ocorre por meio de atividades significativas, da cooperação, da expressão livre (como o texto livre e o jornal escolar) e de projetos vinculados à vida real da criança. Portanto, a questão é pertinente ao cargo, está amparada pelo conteúdo programático e possui gabarito tecnicamente fundamentado.

Questão 38 – Gabarito mantido letra C.

Inicialmente, cabe esclarecer que o conteúdo abordado encontra-se devidamente previsto no Edital de Abertura, no tópico de Conhecimentos Específicos: "Tecnologias digitais na educação: plataformas educativas, aplicativos e possibilidades em sala de aula". O conhecimento das principais ferramentas utilizadas no contexto escolar atual é inerente a este ponto do programa.

Quanto ao mérito técnico e a sugestão da ferramenta Canva, ratifica-se o gabarito na alternativa "C" (Wordwall). O enunciado solicita a ferramenta mais adequada para criar jogos de pareamento e completar lacunas para alunos do 1º ano. Embora o Canva permita criar designs de jogos ou apresentações interativas, ele não oferece recursos nativos de gamificação com lógica de programação pré-definida (como correção automática, embaralhamento de peças e feedback imediato de erro/acerto) com a mesma facilidade e propósito do Wordwall.

O Wordwall é uma plataforma especificamente desenhada para criar atividades lúdicas e interativas baseadas em modelos (templates) de jogos, sendo a opção tecnicamente mais precisa para o objetivo pedagógico descrito (associação de palavras/imagens para alfabetização). O Canva é, primariamente, uma ferramenta de design gráfico. Portanto, não há duplicidade de interpretação, sendo a alternativa C a única que atende integralmente ao comando da questão.

PROFESSOR ÁREA II – HISTÓRIA

Questão 31 – Gabarito mantido letra B.

A afirmação I está correta, pois muitos povos submetidos ao Império Asteca se aliaram a Hernán Cortés, fornecendo tropas e apoio estratégico que foram decisivos para a vitória.

A afirmação II está incorreta, pois embora os espanhóis possuísem armas de fogo, estas não foram o fator determinante para a vitória. Elas eram tecnicamente limitadas, lentas, imprecisas e pouco confiáveis. O impacto das armas de fogo foi principalmente simbólico e psicológico, em especial nos primeiros contatos. A vitória resultou da combinação de diversos fatores, como as alianças, a utilização de cavalos, as doenças e a forma como os espanhóis souberam interpretar, manipular e explorar as relações políticas indígenas, construindo uma dominação que foi cultural e simbólica, além de militar.

A afirmação III está correta, pois os cavalos espanhóis causaram impacto psicológico nos guerreiros astecas, contribuindo para a desorganização do exército.

A afirmação IV está correta, pois as doenças trazidas pelos europeus, especialmente a varíola, dizimaram grande parte da população asteca, enfraquecendo o exército e desorganizando a sociedade, o que facilitou a conquista espanhola.

A alternativa V está correta, pois o choque cultural e religioso gerou desorganização política e militar, o que atrasou reações militares decisivas.

Dessa forma, a alternativa correta é a letra "B".

PROFESSOR ÁREA II – LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 33 – Gabarito mantido letra A.

Apenas a alternativa A está correta, pois o "Não" trata-se de advérbio de negação, o "a" refere-se a preposição exigida pelo verbo "limitei" e "atitude" trata-se de um substantivo. Assim, fica mantido o gabarito.

Questão 36 – Gabarito mantido letra A.

A afirmativa I está de acordo com o texto, pois o texto enfatiza justamente como a fragilidade de uma das partes intensifica o impacto negativo de uma relação marcada pelo descaso.

A afirmativa II está incorreta, pois o texto reforça que a figura do cuidador é essencial, decisiva e inadiável, não acessória ou circunstancial.

A afirmativa III está incorreta porque o texto não afirma que a ausência de identificação formal inviabiliza o reconhecimento dos cuidadores, mas que esse reconhecimento se torna mais difícil.

Assim, fica mantido o gabarito.

PROCURADOR

Questão 24 – Gabarito mantido letra D.

A recuperação judicial não suspende automaticamente a execução fiscal, por expressa exceção legal, e não impede, por si só, o manejo dos instrumentos próprios da cobrança tributária (execução fiscal e, presentes os requisitos, medida cautelar fiscal). Eventuais limitações pontuais a atos de constrição ou expropriação de bens essenciais, resolvidas por cooperação de juízos, não descaracterizam o regime jurídico próprio do crédito tributário nem convertem a recuperação judicial em causa automática de suspensão da execução fiscal. Além disso, a alternativa “C” afirma que o parcelamento extingue o crédito tributário e impõe arquivamento definitivo, o que contraria o CTN, no qual está previsto que o parcelamento suspende a exigibilidade, mas não extingue o crédito ou conduz a arquivamento definitivo. Analisando as alternativas, tem-se:

A) Incorreta, porque o deferimento/processamento da recuperação judicial não suspende automaticamente as execuções fiscais; a suspensão geral do art. 6º da Lei nº 11.101/2005 possui exceção para a execução fiscal.

B) Incorreta, porque a Lei nº 8.397/1992 (Medida Cautelar Fiscal) é instrumento da Fazenda Pública (inclusive municipal), desde que presentes seus pressupostos, não sendo restrita à União.

C) Incorreta, porque o parcelamento não extingue o crédito tributário (CTN, art. 156), apenas suspende sua exigibilidade (CTN, art. 151, VI); a execução fica suspensa, e não arquivada definitivamente por extinção.

D) Correta, porque o crédito tributário possui regime jurídico próprio e a recuperação judicial, por si só, não é fundamento para inviabilizar a execução fiscal e as medidas cautelares previstas na legislação, observadas as regras e limites aplicáveis ao caso concreto.

E) Incorreta, porque a execução fiscal exige título executivo (CDA), que pressupõe a constituição definitiva do crédito e sua inscrição em dívida ativa; não se ajuíza execução fiscal apenas com relatório interno do fisco.

Questão 27 – Gabarito mantido letra A.

A questão descreve ato favorável (vantagem remuneratória) que produziu efeitos por mais de seis anos, sem indícios de má-fé. No regime jurídico brasileiro, a autotutela administrativa (anulação de atos ilegais) é compatibilizada com a segurança jurídica por meio de limites temporais para invalidação de atos favoráveis quando ausente má-fé, consagrados na legislação de processo administrativo (regra de decadência quinquenal, por simetria e como padrão de controle). Assim, transcorrido prazo superior a cinco anos, a Administração fica, em regra, impedida de anular administrativamente o ato favorável, sem prejuízo da apreciação judicial cabível conforme o caso. Por isso, a alternativa “A” é a que reflete corretamente o regime de invalidação; a alternativa “B” adota afirmação absoluta (“a qualquer tempo” e “imprescritível em qualquer hipótese”), incompatível com os limites temporais reconhecidos pela legislação e pela jurisprudência. Analisando as alternativas, tem-se:

A) Correta, porque a anulação de ato administrativo favorável pode estar sujeita a limites temporais quando ausente má-fé, de modo que o decurso do tempo pode estabilizar a situação jurídica e restringir a invalidação administrativa.

B) Incorreta, porque a autotutela não é imprescritível em qualquer hipótese; para atos favoráveis e sem má-fé, a legislação e a jurisprudência admitem limite temporal para a anulação administrativa.

C) Incorreta, porque revogação é retirada de ato válido por razões de conveniência e oportunidade (mérito), não sendo o instrumento adequado para sanar ilegalidade; ilegalidade, em regra, conduz à anulação.

D) Incorreta, porque a inexistência do motivo/pressuposto fático afeta a validade do ato; não se trata de discricionariedade que torne irrelevante a correspondência entre motivo e realidade.

E) Incorreta, porque convalidação depende de vício sanável e não é medida obrigatória; além disso, inexistência do motivo fático não se impõe como situação a ser “convalidada” por eficiência.

Questão 28 – Gabarito mantido letra D.

A alternativa correta (“D”) afirma que a conduta descrita pode caracterizar ilícitos penais e previdenciários, o que é verdadeiro diante do cenário narrado (retenção e não repasse de contribuições, criação de empresas de fachada e ocultação e movimentação por interpostas pessoas). A assertiva não exclui outras repercussões possíveis (como efeitos administrativos e trabalhistas), limitando-se a reconhecer corretamente a tipicidade, ilicitude penal e a violação no âmbito previdenciário. As demais alternativas negam a tipicidade penal ou afirmam impossibilidades incompatíveis com a legislação aplicável, razão pela qual permanece uma única alternativa correta.

A) Incorreta, porque o não repasse de contribuições descontadas pode configurar ilícitos penais, como a apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A), além de outras figuras conforme o caso.

B) Incorreta, porque o fato de a relação ser celetista não afasta responsabilização penal dos administradores quando presentes os elementos dos tipos penais.

C) Incorreta, porque a lavagem de dinheiro pode incidir sobre valores provenientes de infração penal; a natureza do recurso não impede, por si, a configuração do delito quando presentes seus requisitos.

D) Correta, porque a conduta descrita pode caracterizar ilícitos penais e previdenciários, considerando a retenção e não repasse, somada à ocultação/dissimulação por interpostas pessoas e estrutura organizada para a prática reiterada.

E) Incorreta, porque o desconto previdenciário em folha é previsto na legislação e integra o regime de custeio; havendo desconto, há dever de repasse e responsabilidade pelo descumprimento.

Questão 38 – Gabarito mantido letra E.

A alternativa “E” reúne duas proposições corretas: (i) a responsabilidade civil do Estado, em regra, é objetiva para danos decorrentes de atuação estatal (CF, art. 37, §6º), e (ii) a prestação de serviços públicos ao usuário pode, em determinadas hipóteses, atrair o regime de proteção do consumidor (especialmente em serviços uti singuli, remunerados por tarifa/preço público, ou quando prestados por delegatários). A discussão jurisprudencial sobre a incidência do CDC em serviços universais e gratuitos não torna a alternativa incorreta, pois a assertiva é propositalmente redigida em termos de possibilidade (“pode atrair”), afastando a generalização. As demais alternativas apresentam afirmações absolutas incompatíveis com o texto constitucional e com o regime jurídico da responsabilidade estatal. Dessa forma:

A) Incorreta, porque a responsabilidade civil do Estado, como regra, é objetiva (CF, art. 37, §6º), não se exigindo prova de culpa do agente para a configuração do dever de indenizar nas hipóteses típicas de atuação estatal.

B) Incorreta, porque o CDC não é “sempre” inaplicável a serviços públicos; há hipóteses reconhecidas de incidência/compatibilização do regime consumerista com a prestação de serviços públicos ao usuário, conforme o modelo de remuneração e a forma de prestação.

C) Incorreta, porque não há exigência de prévio processo administrativo como condição para ajuizamento de ação indenizatória.

D) Incorreta, porque a responsabilidade objetiva do Estado não afasta o direito de regresso contra o agente público nos casos de dolo ou culpa (CF, art. 37, §6º).

E) Correta, porque a responsabilidade civil do Estado, em regra, é objetiva por danos decorrentes de atuação estatal e a prestação de serviços públicos ao usuário pode, conforme o caso, atrair o regime de proteção do consumidor.

Arroio do Meio/RS, em 24 de fevereiro de 2026.

Sidnei Eckert
Prefeito Municipal